

QUE GEOGRAFIA E QUE GEÓGRAFOS PARA O SÉCULO XXI?

Dois tópicos para uma mesa redonda

José António Oliveira Bandeirinha*

Quando os principais referentes da disciplina geográfica são dados por um território marcado pelos traços de humanização duma sociedade cada vez mais urbana, sob o ponto de vista sociológico, parece-me pertinente trazer a esta mesa redonda alguns tópicos para discussão do tema escolhido: *Que Geografia e que geógrafos para o século XXI?*

O primeiro deles pertencerá ao domínio mais genérico dos novos e renovados desafios postos às ciências e às actividades humanas que transformam o território, e poderá, por essa razão, perspectivar análises mais extensivas, menos particularizadas. Uma das questões essenciais postas à geografia contemporânea diz respeito às novas formas de enfrentar o fenómeno metropolitano, prefigurando os efeitos e os significados primordiais da "globalização urbana", sem *parti pris* catastrofista e sem infundados receios de desumanização, mas como um dado de facto cada vez mais evidenciado pelas circunstâncias físicas, económicas e culturais. A cidade, enquanto entidade, tende a diluir-se na urbanização que ela própria foi polarizando a partir da revolução industrial e o "urbano" prevaleceu económica e culturalmente, na maior parte das vezes sem consequências eloquentes na morfologia do território. A sociologia urbana dos anos sessenta e princípios de setenta, tantas vezes suportada por uma raiz epistemológica directamente herdada da geografia, já tinha identificado estes rumos tendenciais, constatando que o uso do solo nas áreas de expansão metropolitana estava demasiado quantificado e nada qualificado. A qualidade não era alcançável, nem possível, como objectivo, uma vez que a "urbanização" tinha transformado a cidade e o território num produto de mercado, alienando definitivamente as possibilidades de os qualificar enquanto "obra". Continua e prolífica, a "urbanização", porém, não parou nem abrandou perante os impasses científicos. Hoje, e no futuro, a "qualidade" do espaço humanizado, bem como a sua formulação real e institucional, constituem os mais urgentes desafios para qualquer ciência, para qualquer arte, para qualquer disciplina, sobretudo para as que, desde sempre,

tiveram no território o seu objecto primacial. O ordenamento fundamentado por objectivos exclusivamente quantificados, esse sim, continuou, embora muitas vezes justificado por metas antagónicas às que anteriormente se definiam. Mas a quantificação, mesmo que tenha por meta a diminuição das densidades, não implica necessariamente a qualificação dos espaços.

O segundo tópico prende-se com o primeiro, mas talvez se institua primordialmente no âmbito de um contexto mais relacionado com a sociedade portuguesa em particular. Diz respeito à sobrevivência das pequenas centralidades, das pequenas urbanidades, perante o avassalador domínio da bipolarização metropolitana, tão real e inelutável quanto despudoradamente incentivado pelas instâncias político-institucionais. Nestas circunstâncias, parece-me útil questionar o sentido da absurda homogeneidade com que são trabalhados os espaços no âmbito do ordenamento do território, se exceptuarmos os centros dos dois grandes pólos metropolitanos. Sob o ponto de vista cultural, não é mais possível afirmar a centralidade dos pequenos e médios núcleos urbanos, se o planeamento a eles dirigido não se revestir de um carácter de excepção, que possa, inclusivamente, passar por algumas situações de densificação do centro e da periferia mais próxima. Só assim será possível enfrentar a situação já em curso, ou seja, o facto de que a diluição cultural das pequenas e médias urbanidades no grande caldo suburbano está já a ter fortíssimas implicações morfológicas e espaciais, que subvertem definitivamente o carácter de especificidade dessas pequenas e médias cidades. O conteúdo cultural dominante, hegemonicamente suburbano, alastrou e alastra pela forma e pelo significado sócio-espacial das cidades que, em tempos não muito distantes, fizeram jus à especificidade das suas culturas urbanas.

Estes dois tópicos só na aparência são contraditórios. A sobrevivência das especificidades locais só pode fazer sentido quando referenciada pela globalização urbana. Daí a proposta de reflexão acerca de tópicos que se encontram interligados e que só ganham o seu verdadeiro sentido quando se complementam.

* Arquitecto. Assistente do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Coimbra, Maio de 1999